

Prisco apóia convocação

O líder do PDS na Câmara dos Deputados, Prisco Viana (BA), disse concordar com a idéia apresentada pelo presidente da República, José Sarney, em sua mensagem que convoca a Assembléia Nacional Constituinte: Prisco defende uma Constituinte congressional e o funcionamento concomitante da Assembléia com os trabalhos legislativos ordinários. Convidado a participar de uma reunião na residência do presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, sobre o assunto, o líder pedessista disse que pretende ouvir para depois levar as explicações que forem feitas para exame da bancada.

Sobre a anistia aos militares punidos pelo movimento de 64, Prisco disse não ser contra o princípio, mas deve ser examinada atentamente a forma. Sobre esse assunto específico, o líder pretende primeiro saber do relator da Comissão Mista da Constituinte que examina a proposição do presidente, quais as alterações que ele pretende propôr a subemenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que prevê a concessão de anistia a todos

Quando a desincompatibilização, o líder do PDS disse que "a oposição que 1.º nomeia e não tem cargo nenhum é a favor de um prazo maior para a desincompatibilização". Prisco disse que considera difícil a aprovação do prazo de um ano. Ele informou ter levado ao líder do

PMDB Pimenta da Veiga a sugestão de que o prazo fosse de 5 meses para os governadores, como ocorre atualmente, 6 meses para os ministros e secretários estaduais com mandato, e 9 meses para os ministros e secretários estaduais sem mandato eletivo. Quanto lhe foi dito que o relator da comissão mista da Constituinte, Flávio Bierrembach, está propenso a apresentar a sugestão de que todos se desincompatibilizem até primeiro de janeiro, o líder pedessista disse considerar ótimo esse prazo, mas dificilmente a proposição será aceita.

Nesta terça-feira, o presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, irá se reunir em sua residência com o presidente e o relator da Comissão da Constituinte, Helvidio Nunes e Flávio Bierrembach, além dos líderes de todos os partidos políticos, com o propósito primeiro de garantir a aprovação do ato convocatório da Assembléia Nacional Constituinte, proposto pelo Presidente da República, José Sarney. Garantida a convocação, será aberta negociação em torno dos pontos polêmicos que envolvem a eleição para os membros da Constituinte, como o prazo de desincompatibilização dos candidatos, a composição da Assembléia — se apenas de deputados e senadores ou se poderá ser aberta a vaga para os delegados constituintes e a anistia para os militares cassados em 64.